

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.345.818 - SP (2018/0206873-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE** : **CARLOS NOGUEIRA DA SILVA**  
**REPR. POR** : **WAGNER NOGUEIRA DA SILVA - CURADOR**  
**ADVOGADO** : **REGINALDO NUNES WAKIM E OUTRO(S) - SP067577**  
**AGRAVADO** : **ESTEVES S/A**  
**ADVOGADOS** : **AGUINALDO DA SILVA AZEVEDO - SP160198**  
: **TATIANI SCARPONI RUA CORREA - SP230486**  
: **ANDRE UCHIMURA DE AZEVEDO E OUTRO(S) - SP309103**

**DECISÃO**

1. Cuida-se de agravo interposto por CARLOS NOGUEIRA DA SILVA contra decisão que não admitiu o recurso especial manejado em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

Transformação de sociedade de responsabilidade limitada em anônima. Deliberação tomada de forma unânime. Sócio incapaz detentor de 8,33% que, posteriormente, alega nulidade por não ter sido obtida autorização judicial para que o representante atuasse em seu nome. É controvertida a obrigatoriedade de autorização para a deliberação, por não constituir em ato de disposição patrimonial. Transformação que respeitou a proporcionalidade acionária. Inexigibilidade de unanimidade, pelo que a eventual discordância do minoritário não alcançaria o quorum exigido (3/4). Interpretação razoável que conduz a preservação do ato por ausência de prejuízo. Sentença mantida. Não provimento.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, sustenta afronta aos seguintes dispositivos legais:

**a) arts. 47, 289, 459, 460 e 515, § 1º, do CPC/73** - não foi apreciado pela sentença o pedido principal constante na inicial - pretensa anulação da deliberação assemblear tomada na Assembléia Geral Extraordinária de 12.02.2008, que elegera os membros impedidos para o conselho fiscal (especificado na letra *a* do item 71), limitando-se a examinar os pedidos sucessivos apresentados;

**b) arts. 47, parágrafo único, do CPC/73** - o reconhecimento de litisconsortes necessários enseja sua citação para integrar a lide, e não a extinção do processo; e

**c) arts. 992, II, do CPC/73 e arts. 1.071, V, 1.076, I, 1.114 e 1.748, III, do Código Civil** - "*Os votos proferidos pelo recorrente e pelo inventariante do Espólio de Maria Garcia Nogueira na assembléia do dia 12.02.2008, são nulos de pleno direito, uma vez que o curador e o inventariante não estavam devidamente autorizados pelos juízes da interdição e do inventário*" - fls. 1.007;

É o relatório.

DECIDO.

2. Quanto aos arts. 47, 289, 459, 460 e 515, § 1º, do CPC/73, relativamente à tese de que não foi apreciado pela sentença o pedido principal constante na inicial, decidiu o v. acórdão recorrido ter a sentença sido proferida da forma em que demandado em juízo, sem qualquer vício a ser declarado, conforme se vê do trecho da ementa:

A sentença não padece de vícios de constituição (não é infra ou citra petita) e, com propriedade técnica, rejeitou os argumentos de que a eleição dos pedidos subsidiários [...] possa ser atribuída ao juiz encarregado do julgamento - fls. 974.

Rever os fundamentos que ensejaram esse entendimento - e verificar se a sentença estaria ou não adequada aos termos da petição inicial - exigiria reapreciação do conjunto probatório, o que é vedado em recurso especial, ante o teor da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.

3. Relativamente à tese de ofensa ao art. 47 do CPC por necessidade de citação dos litisconsortes necessários, o v. acórdão recorrido está assentado em mais de um fundamento suficiente para mantê-lo e o recorrente não cuidou de impugnar todos eles, como seria de rigor.

A subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do aresto impugnado, qual seja: **a constatada falta de técnica processual do autor em não realizar a integração da lide dos titulares da relação de direito material - fl. 244**, impõe o não conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula nº 283/STF: “É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles”.

4. À mesma conclusão chega-se no que pertine à tese de afronta ao art. 992, II, do CPC/73 e aos arts. 1.071, V, 1.076, I, 1.114 e 1.748, III, do Código Civil (nulidade dos votos proferidos pelo recorrente e pelo inventariante), pois o v. acórdão recorrido está assentado em mais de um fundamento suficiente para mantê-lo e o recorrente não cuidou de impugnar todos eles, como seria de rigor.

A subsistência de fundamentos inatacados aptos a manter a conclusão do aresto impugnado, quais sejam: *i) foi atendida a finalidade social; e ii) "o voto do autor não foi decisivo e não alteraria a predominância da maioria"* - **fl. 973**, impõe o não conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula nº 283/STF: “É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles”.

5. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 18 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator